

SUMÁRIO

NOTA DO ATUALIZADOR	17
I. NOÇÕES FUNDAMENTAIS	
1.1 A separação dos Poderes do Estado	19
1.1.1 <i>Ideia antiga</i>	19
1.1.2 <i>Divisão de poderes e garantia de direitos</i>	20
1.2 Divisão de Poderes e função jurisdicional	21
1.2.1 <i>Independência orgânica</i>	21
1.2.2 <i>O Poder Judiciário</i>	21
1.3 A função ou atividade jurisdicional	22
1.3.1 <i>Atividade imparcial</i>	22
1.3.2 <i>A atividade jurisdicional e garantia de imparcialidade</i>	22
1.4 A garantia de tutela judiciária e o mandado de segurança na Constituição Federal de 1988	23
1.4.1 <i>A garantia de tutela judiciária</i>	23
1.4.2 <i>O mandado de segurança. Direito líquido e certo ..</i>	24
1.4.3 <i>Cabimento em matéria tributária</i>	26
1.5 Distinções importantes entre os instrumentos de defesa do contribuinte	30
1.5.1 <i>O mandado de segurança e a ação ordinária</i>	30
1.5.2 <i>Ação declaratória</i>	32
1.5.3 <i>Ação anulatória</i>	35
1.5.4 <i>Embargos à execução</i>	36
2. O PROCEDIMENTO	
2.1 A opção pelo mandado de segurança	37
2.2 O depósito	38
2.3 Preferência para julgamento	38

2.4	<i>A petição inicial</i>	41
2.5	<i>Protocolo e distribuição</i>	42
2.6	<i>Juízo de admissibilidade</i>	43
2.7	<i>O juízo de admissibilidade nos tribunais</i>	44
2.8	<i>Notificação e informações da autoridade impetrada</i>	45
2.9	<i>Citação de litisconsortes</i>	45
2.10	<i>O parecer do Ministério Público</i>	46
2.11	<i>O pedido de suspensão da liminar</i>	46
2.12	<i>Recurso contra a denegação da liminar</i>	48
2.13	<i>O julgamento do mandado de segurança</i>	49
2.14	<i>Remessa de ofício</i>	50
2.15	<i>Apelação</i>	52
2.16	<i>Julgamento omissis, contraditório ou obscuro</i>	52
2.17	<i>Julgamento não unânime</i>	52
2.18	<i>Recurso Especial ou Extraordinário</i>	53
2.19	<i>Agravo</i>	54
2.20	<i>Recursos na instância especial, ou extraordinária</i>	55
2.21	<i>Juízo competente</i>	55
2.21.1	<i>Justiça Federal e Justiça Estadual</i>	55
2.21.2	<i>Juízo de primeiro grau ou tribunal</i>	55
2.21.3	<i>Autor ou executor do ato impugnado</i>	56
2.21.4	<i>Decisão que declara a incompetência</i>	56
2.22	<i>Ainda os Recursos Especial e Extraordinário</i>	57
2.22.1	<i>Estreitamento da via recursal</i>	57
2.22.2	<i>Conflito entre lei ordinária e lei complementar</i>	57
2.22.3	<i>Exame de questão constitucional pelo Superior Tribunal de Justiça</i>	59
2.22.4	<i>Recurso prematuro</i>	62
2.22.5	<i>Repercussão geral da questão constitucional</i>	62
2.23	<i>Intempestividade do recurso prematuro</i>	63
2.23.1	<i>Considerações iniciais sobre a tese e seus efeitos</i> ...	63
2.23.2	<i>A finalidade dos prazos</i>	67
2.23.3	<i>Início dos prazos</i>	68
2.23.4	<i>Intimação e início do prazo recursal</i>	69
2.23.5	<i>Renúncia aos prazos</i>	70
2.23.6	<i>Prazo aceleratório ou peremptório</i>	71
2.23.7	<i>Prazo em favor da parte vencida</i>	72

2.23.8	<i>Tratamento excepcional dos embargos de declaração.....</i>	72
2.24	Considerações finais	73
3.	O PRAZO PARA IMPETRAÇÃO	
3.1	Natureza jurídica.....	75
3.2	Constitucionalidade.....	78
3.3	Termo inicial	81
3.3.1	<i>Dispositivo específico. A ciência do ato impugnado... ..</i>	81
3.3.2	<i>Peculiaridades</i>	82
3.3.3	<i>Ato administrativo único com efeitos permanentes</i>	84
3.3.4	<i>Omissão continuada da Administração Pública.....</i>	85
3.4	Impetração e recurso administrativo	85
3.4.1	<i>O efeito suspensivo das reclamações e recursos.....</i>	85
3.4.2	<i>Suspensividade e cabimento da impetração.....</i>	86
3.5	O prazo na impetração preventiva	87
3.6	O prazo na relação jurídica continuativa	89
3.6.1	<i>Relação instantânea e relação continuativa</i>	89
3.6.2	<i>Ameaça ou norma de efeito concreto</i>	91
3.6.3	<i>O entendimento do STF</i>	92
3.7	O prazo no caso de omissão	93
3.8	Quando se tem como exercitado o direito	93
3.8.1	<i>Entrega da inicial no protocolo.....</i>	93
3.8.2	<i>Hora da entrega da inicial</i>	94
3.8.3	<i>Juízo incompetente</i>	94
3.9	Síntese.....	95
4.	Os SUJEITOS	
4.1	Noções.....	97
4.2	O impetrante	98
4.2.1	<i>Titular do direito violado ou ameaçado</i>	98
4.2.2	<i>Titular de direito decorrente.....</i>	100
4.2.3	<i>Direito decorrente e legitimidade.....</i>	101
4.2.4	<i>O mandado de segurança coletivo</i>	103
4.2.4.1	<i>Entidade de classe ou associação</i>	103
4.2.4.2	<i>O direito a ser protegido.....</i>	104
4.2.4.3	<i>Mandado de Segurança coletivo e declaração de inconstitucionalidade</i>	104

4.2.4.4	Posição processual da impetrante.....	105
4.3	A autoridade impetrada	106
4.3.1	Posição processual	106
4.3.2	Identificação pelo impetrante.....	107
4.4	Litisconsorte passivo	110
4.4.1	Facultativo.....	110
4.4.2	Necessário.....	111
4.5	O Ministério Público	112
4.6	A pessoa jurídica de direito público	112
5.	IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA PELO ESTADO	
5.1	Introdução	113
5.2	Origem do mandado de segurança	114
5.2.1	O “habeas corpus”.....	114
5.2.2	Ampliação do “habeas corpus” e o novo instrumen- to processual.....	114
5.2.3	Proteção do particular contra o Estado.....	115
5.3	Impetração por pessoa jurídica	117
5.3.1	Não restrição das garantias constitucionais.....	117
5.3.2	Pessoas jurídicas de direito privado	118
5.3.3	Pessoa jurídica de direito público.....	119
5.3.4	A isonomia	120
5.4	Impetração contra ato judicial	121
5.4.1	O juiz como autoridade coatora.....	121
5.4.2	O impetrante como pessoa	123
5.4.3	A inversão total da finalidade	125
5.4.4	Supressão do contraditório	126
5.4.5	Ataque a outras garantias constitucionais.....	126
5.4.6	Suspensão de liminar ou de sentença.....	126
5.4.7	Direito subjetivo e prerrogativa de função.....	127
5.4.8	Direito subjetivo e conflito de poderes.....	128
5.4.9	Impetrante e parte passiva. Efeitos patrimoniais....	129
5.5	O poder estatal	130
5.6	Conclusões	130
6.	O MINISTÉRIO PÚBLICO	
6.1	O Ministério Público como parte impetrante	133
6.2	Como fiscal da lei	136

6.2.1	<i>A defesa da ordem jurídica</i>	136
6.2.2	<i>Vedação de atividade política</i>	136
6.2.3	<i>Exceção convertida em regra</i>	139
6.2.4	<i>Oportunidade para manifestação</i>	143
6.2.4.1	Os regimentos e a doutrina.....	143
6.2.4.2	A Constituição e a lei.....	145
6.2.4.3	Ausência de manifestação	145
6.2.4.4	Poder de veto	145
6.2.4.5	Manifestação em segunda instância	146
6.3	Competência	147
6.3.1	<i>O Ministério Público e a função jurisdicional</i>	147
6.3.2	<i>Atuação em litisconsórcio</i>	149
6.4	Legitimidade para recorrer	150
6.5	Legitimidade para pedir a suspensão da liminar e da sentença	150
7.	A PETIÇÃO INICIAL	
7.1	<i>A inicial e sua importância</i>	151
7.2	<i>Forma e requisitos</i>	152
7.2.1	<i>A forma escrita</i>	152
7.2.2	<i>Os requisitos legais</i>	153
7.2.2.1	A autoridade impetrada	153
7.2.2.2	O valor da causa	155
7.2.2.3	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido	155
7.3	<i>As provas</i>	156
7.3.1	<i>Prova documental pré-constituída</i>	156
7.3.2	<i>Requisição de documentos</i>	158
7.3.3	<i>Confissão e admissão</i>	159
7.3.3.1	Confissão	159
7.3.3.2	Admissão	161
7.3.3.3	Distinção essencial	161
7.4	<i>O pedido e seus fundamentos</i>	164
7.4.1	<i>O objeto específico do mandado de segurança</i>	164
7.4.2	<i>Restrições decorrentes da especificidade do objeto</i> ...	165
7.4.3	<i>O pedido de segurança</i>	166
7.4.3.1	O pedido de liminar.....	167

7.4.3.2	Impropriedade terminológica	167
7.4.3.3	Liminar diversa.....	168
7.4.3.4	Pedidos sucessivos	168
7.4.3.5	Pedido de declaração	169
7.4.4	<i>Os fundamentos da impetração</i>	170
7.4.5	<i>Os fundamentos e a causa de pedir</i>	170
7.4.6	<i>Deferimento por fundamento diverso do pedido</i>	171
7.5	O indeferimento liminar do pedido	173
7.5.1	<i>Indeferimento de liminar e indeferimento liminar</i> ...	173
7.5.2	<i>Inicial inepta</i>	173
7.5.3	<i>Impossibilidade jurídica do pedido</i>	174
7.5.4	<i>Emenda e complementação do pedido</i>	175
7.5.5	<i>Questões preliminares</i>	175
7.6	A desistência	176
8.	MEDIDA LIMINAR	
8.1	Natureza jurídica	177
8.2	Pressupostos legais	178
8.2.1	<i>Fundamento relevante</i>	179
8.2.2	<i>Perigo de ineficácia da sentença</i>	180
8.2.3	<i>Audiência da autoridade impetrada</i>	183
8.2.4	<i>Liminar e presunção de constitucionalidade das leis</i>	183
8.2.5	<i>Liminar e presunção de validade dos atos administrativos</i>	184
8.3	Restrições legais	184
8.4	Deferimento de ofício	187
8.4.1	<i>Manifestações contrárias. Crítica</i>	187
8.4.2	<i>Irrelevância na prática</i>	189
8.5	Medida diversa da requerida	189
8.6	Liminar satisfativa	189
8.6.1	<i>Compreensão equivocada</i>	189
8.6.2	<i>O pleno exaurimento</i>	190
8.6.3	<i>Definitividade e ineficácia da sentença</i>	191
8.6.4	<i>Situação extrema. Necessidade de caução</i>	191
8.7	Liminar, vinculação e discricionarismo	194
8.7.1	<i>A doutrina do ato discricionário</i>	194

8.7.2	<i>Discrecionalidade e interpretação</i>	195
8.8	<i>Revogação, cassação ou reconsideração</i>	196
8.8.1	<i>Questão terminológica</i>	196
8.8.2	<i>Reconsideração</i>	197
8.9	<i>Recurso contra o indeferimento</i>	197
8.10	<i>Suspensão pelo presidente do tribunal</i>	199
8.10.1	<i>Previsão legal. A questão da legitimidade</i>	199
8.10.2	<i>Litisconsortes</i>	201
8.10.3	<i>Fundamento político</i>	202
8.10.4	<i>Competência para apreciar o pedido de suspensão</i>	205
8.10.5	<i>Recurso</i>	206
8.11	<i>Suspensão da liminar e sentença concessiva da segurança</i>	208
8.11.1	<i>Interpretação literal</i>	208
8.11.2	<i>Interpretação teleológica e economia processual</i>	208
8.11.3	<i>Precedente do STJ e do STF</i>	210
8.11.4	<i>Suspensão da segurança e contraditório</i>	211
8.12	<i>Prazo de vigência</i>	211
8.13	<i>Liminar e denegação da segurança</i>	212
8.13.1	<i>A jurisprudência do STF</i>	212
8.13.2	<i>Ilogicidade aparente</i>	213
8.13.3	<i>Liminar na apelação</i>	213
8.13.4	<i>Alternativas para o impetrante</i>	214
8.14	<i>Efeitos da cassação da liminar</i>	215
8.14.1	<i>Configuração da mora</i>	215
8.14.2	<i>Os equívocos</i>	216
8.14.3	<i>Não configuração da mora</i>	216
8.14.4	<i>Correção monetária e juros</i>	217
8.14.5	<i>Retorno à condição anterior</i>	217
8.15	<i>Enfraquecimento da tutela judicial de urgência</i>	218
9.	<i>DEPÓSITO SUSPENSIVO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</i>	
9.1	<i>Introdução</i>	219
9.2	<i>Liminar e depósito</i>	222
9.3	<i>O direito de depositar</i>	224
9.3.1	<i>Desnecessidade de autorização judicial</i>	224
9.3.2	<i>Depósito e medida cautelar</i>	225

9.3.3	<i>Depósito e mandado de segurança</i>	226
9.4	<i>A questão da integralidade do depósito</i>	227
9.4.1	<i>O que é o valor integral</i>	227
9.4.2	<i>Os tributos lançados por homologação</i>	227
9.5	<i>Efeitos do depósito</i>	229
9.5.1	<i>Suspensão da exigibilidade</i>	229
9.5.2	<i>Impedir a inadimplência</i>	229
9.5.3	<i>Correção monetária e juros</i>	230
9.6	<i>Decisão judicial sobre o depósito</i>	230
9.6.1	<i>Suspensão da exigibilidade</i>	230
9.6.2	<i>Conversão em renda</i>	231
9.6.3	<i>Liberação</i>	231
9.6.3.1	<i>Depósito voluntário</i>	231
9.6.3.2	<i>Depósito como contracautela. Substituição</i>	234
9.6.3.3	<i>Depósito na execução fiscal</i>	234
9.6.3.4	<i>Desistência da ação</i>	235
9.7	<i>O procedimento. Depósitos sucessivos</i>	235
9.8	<i>Os depósitos e a Lei 9.703/1998</i>	236

10. A SENTENÇA E A COISA JULGADA

10.1	<i>A sentença</i>	245
10.1.1	<i>Conceito e espécies</i>	245
10.1.2	<i>Natureza jurídica</i>	246
10.1.3	<i>Requisitos essenciais</i>	248
10.1.3.1	<i>Sentença definitiva e sentença terminativa</i>	248
10.1.3.2	<i>Relatório</i>	249
10.1.3.3	<i>Fundamentos</i>	249
10.1.3.4	<i>Dispositivo</i>	251
10.1.3.5	<i>Pertinência</i>	252
10.1.3.6	<i>Clareza e coerência</i>	252
10.2	<i>Coisa julgada</i>	253
10.2.1	<i>Conceito e espécies</i>	253
10.2.2	<i>Os arts. 19 e 6º, § 6º, da Lei 12.016, e a Súmula 304 do STF</i>	254
10.2.3	<i>Manifestações doutrinárias divergentes</i>	256

10.2.4	<i>Nossa posição</i>	257
10.2.4.1	Os limites objetivos da coisa julgada	258
10.2.4.2	O dispositivo na sentença de mérito	261
10.2.4.3	O dispositivo na sentença terminativa	262
10.2.5	<i>Coisa julgada e relação jurídica continuativa</i>	263
10.2.5.1	Manifestações doutrinárias	263
10.2.5.2	A jurisprudência do STF	265
10.2.5.3	Relação tributária continuativa	269
10.2.5.4	Pedido de declaração no mandado de segurança	271
10.3	<i>A nova disciplina da coisa julgada no mandado de segurança</i>	273
10.3.1	<i>As disposições da lei anterior</i>	273
10.3.2	<i>As disposições da lei atual</i>	274
10.3.3	<i>O mérito no mandado de segurança</i>	274
10.3.4	<i>Ampliação da coisa julgada em detrimento do impetrante</i>	275
11.	<i>A QUESTÃO DA SUCUMBÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA</i>	
11.1	<i>A Súmula 512 do STF</i>	277
11.2	<i>Manifestações do STJ</i>	278
11.3	<i>Nosso ponto de vista</i>	279
11.3.1	<i>Justiça e segurança</i>	279
11.3.2	<i>A segurança jurídica e o respeito às súmulas</i>	281
11.3.3	<i>O STJ como última instância</i>	283
11.3.4	<i>O fundamento da sucumbência</i>	283
11.3.5	<i>O mandado de segurança e o CPC</i>	284
11.3.6	<i>O aspecto de política jurídica</i>	284
11.3.7	<i>Solução legislativa</i>	285
11.3.8	<i>Responsabilidade pelo dano</i>	286
11.4	<i>A opção do legislador</i>	286
11.4.1	<i>Não condenação nos honorários da sucumbência</i> ..	286
11.4.2	<i>Sanções pela litigância de má-fé</i>	286
11.4.3	<i>Crimes de desobediência e de responsabilidade</i>	287
11.4.4	<i>Responsabilidade pessoal do agente público</i>	288
12.	<i>OS RECURSOS</i>	291
12.1	<i>Generalidades</i>	291

12.2	<i>Admissibilidade e mérito</i>	293
12.2.1	<i>Distinção</i>	293
12.2.2	<i>Requisitos intrínsecos</i>	295
12.2.2.1	Cabimento	295
12.2.2.2	Legitimação	295
12.2.2.3	O interesse em recorrer.....	299
12.2.2.4	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo	300
12.2.3	<i>Requisitos extrínsecos</i>	301
12.2.3.1	Tempestividade.....	301
12.2.3.2	Regularidade formal.....	302
12.2.3.3	Preparo.....	303
12.3	<i>Efeitos</i>	303
12.4	<i>As espécies de recurso</i>	304
12.4.1	<i>Apelação</i>	305
12.4.1.1	Cabimento e outros requisitos	305
12.4.1.2	Prazo	306
12.4.1.3	Juízo de admissibilidade.....	306
12.4.1.4	Efeitos.....	307
12.4.1.4.1	Efeito devolutivo.....	307
12.4.1.4.2	Efeito suspensivo	309
12.4.1.5	Procedimento	309
12.4.2	<i>Agravo de instrumento</i>	310
12.4.2.1	Cabimento e outros requisitos	310
12.4.2.1.1	Argumentos pelo incabimento.....	314
12.4.2.1.2	Refutação	314
12.4.2.2	Prazo	317
12.4.2.3	Juízo de admissibilidade.....	317
12.4.2.4	Efeitos.....	318
12.4.2.5	Procedimento	318
12.4.3	<i>Embargos de declaração</i>	319
12.4.3.1	Cabimento.....	319
12.4.3.2	Prazo	320
12.4.3.3	Juízo de admissibilidade.....	320
12.4.3.4	Efeitos.....	321
12.4.3.5	Procedimento.....	321

12.4.4	<i>Embargos infringentes</i>	322
12.4.5	<i>Recurso ordinário</i>	322
12.4.5.1	Cabimento e outros requisitos	322
12.4.6	<i>Recurso especial</i>	324
12.4.6.1	Cabimento e outros requisitos	324
12.4.6.2	Prazo	327
12.4.6.3	Juízo de admissibilidade.....	327
12.4.6.4	Efeitos.....	328
12.4.6.5	Procedimento.....	328
12.4.7	<i>Recurso extraordinário</i>	329
12.4.7.1	Cabimento e outros requisitos	329
12.4.7.1.1	Contrariedade a dispositivo constitucional	329
12.4.7.1.2	Pré-questionamento	330
12.4.7.2	Prazo	330
12.4.7.3	Juízo de admissibilidade.....	330
12.4.7.4	Efeitos.....	331
12.5	<i>O mandado de segurança como recurso</i>	331

13. IMPETRAÇÃO PREVENTIVA

13.1	<i>Introdução</i>	333
13.2	<i>A garantia constitucional de prevenção</i>	334
13.3	<i>As restrições</i>	335
13.4	<i>Os fatos incontroversos</i>	337
13.5	<i>Impetração preventiva e impetração contra a lei em tese</i> ...	340
13.6	<i>A ameaça e o justo receio</i>	342
13.7	<i>A impetração preventiva e o fato complexo</i>	347
13.8	<i>A questão da decadência</i>	348
13.8.1	<i>Restrições aos instrumentos contra o arbítrio</i>	348
13.8.2	<i>Impetração contra a lei em tese e decadência</i>	349
13.8.3	<i>Distinção entre lesão e ameaça</i>	350
13.8.4	<i>Impetração preventiva e decadência na jurisprudência do STJ</i>	352
13.8.5	<i>As relações de trato sucessivo</i>	354
13.8.6	<i>Leis de efeitos concretos</i>	356
13.8.7	<i>Equívoco ou tendência ideológica?</i>	359
13.9	<i>Conclusões</i>	359

14. MANDADO DE SEGURANÇA E CONSULTA FISCAL	
14.1 A finalidade da consulta.....	361
14.2 Consulta sobre situação hipotética.....	362
14.3 Consulta em caso concreto.....	362
14.4 Os equívocos da doutrina e da jurisprudência.....	364
14.5 Julgado anterior.....	365
14.6 Os diversos efeitos da resposta à consulta.....	366
14.6.1 Efeito vinculante.....	366
14.6.2 Efeito de simples interpretação.....	367
14.7 A resposta à consulta e o mandado de segurança.....	368
14.8 O mandado de segurança preventivo contra respostas em tese.....	369
15. A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA	
15.1 Introdução.....	371
15.2 O direito à compensação.....	372
15.3 Compensação e lançamento.....	373
15.4 Compensação e medida liminar em mandado de segurança.....	374
15.4.1 O cabimento do mandado de segurança.....	374
15.4.2 A medida liminar.....	377
15.4.3 A formulação do pedido.....	380
15.5 Compensação e ação ordinária.....	381
16. O DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO	
16.1 Introdução.....	383
16.2 O processo administrativo tributário.....	384
16.2.1 Conceito.....	384
16.2.2 Natureza jurídica e utilidade.....	384
16.3 Decisão administrativa.....	385
16.3.1 O direito à decisão no lançamento.....	385
16.3.2 O direito à decisão sobre outras pretensões.....	386
16.3.3 Decisão fundamentada.....	386
16.3.4 Fundamentação e controle judicial.....	388
16.3.5 Decisão sobre inconstitucionalidade das leis.....	389
16.4 O contraditório e a ampla defesa.....	392
16.4.1 Os conceitos.....	392

16.4.2	<i>A prova</i>	393
16.4.3	<i>Diligências prescindíveis ou impraticáveis</i>	394
16.4.4	<i>O ônus da prova</i>	394
16.5	<i>Vício formal</i>	395
16.5.1	<i>Conceito</i>	395
16.5.2	<i>Consequência. Novo lançamento</i>	396
16.6	<i>Impetração de mandado de segurança</i>	396
16.7	<i>Utilidade da decisão administrativa</i>	397
17.	<i>O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO</i>	
17.1	<i>Garantia constitucional</i>	399
17.2	<i>O impetrante e os direitos protegidos</i>	399
17.3	<i>Particularidade referente à medida liminar</i>	401
17.4	<i>Litispêndência e coisa julgada</i>	401
	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	403
	<i>ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS</i>	411